



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 7/2021**

Secção Permanente | 7.5.2021

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Autorizações de Residência	>> 3
Gestão de Quadros/Instrumentos de Mobilidade	>> 3
Remunerações	>> 4
Incompatibilidades	>> 4
Exercício de Funções Docentes	>> 5
Autorização para a Frequência de Cursos	>> 5
Aposentações/Jubilamentos	>> 5
Prestação de Serviço por Magistrados Jubilados	>> 6
Recursos Hierárquicos (COJ)	>> 7
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 7
Gestão de Quadros/Instrumentos de Mobilidade	>> 7



Presenças

■ Presidente

Senhor Vice-Procurador-Geral da República, ***Dr. João Alberto Figueiredo Monteiro.***

■ Vogais

Procurador-Geral Regional de Évora, ***Dr. Alcides Manuel Rodrigues;***

Procuradores da República, ***Dr.ªs Patrícia Cardoso e Maria Raquel Mota*** (membros permanentes);

Membro eleito pela Assembleia da República, ***Dr. José Manuel Mesquita,*** que participou por meio de videoconferência.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, ***Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira.***



ORDEM DO DIA

Autorizações de Residência

1. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar que os magistrados do Ministério Público requerentes a residirem em local diverso do previsto na lei (Estatuto do Ministério Público e alínea *m*) do n.º 6 da Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, de 9 de setembro de 2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 181, de 19 de setembro de 2014).

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Gestão de Quadros/Instrumentos de Mobilidade

2. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a (prorrogação) da acumulação de funções relativa ao Senhor Procurador da República Dr. Cristino Lopes Germano, colocado no Juízo Local Criminal de Coimbra, com as funções no DIAP de Coimbra nos termos propostos.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

3. Adiado

Pedido de autorização para que a procuradora da República colocada nos juízos de execução, do comércio e local cível de Oliveira de Azeméis, Dr.ª Edite Paula de Almeida Pinho, continue a assegurar o serviço dos juízos central e local cíveis de Santa Maria da Feira, em regime de acumulação.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

4. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções relativa à Senhora Procuradora da República Dr.ª Margarida Maria Gaspar Pinto de Faria, colocada no Juízo Local de Guimarães, Secção Criminal – J2, com o Juízo Local Criminal J4 e Juízo Local Criminal J1 Juízo Local de Guimarães.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

5. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções relativa à Senhora Procuradora da República Dr.ª Elisa Maria Bessa Pereira Farias, colocada nos Juízos de Execução de Valongo com as funções no Tribunal do Trabalho do Porto.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

6. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, determinar a cessação da acumulação de funções do Senhor Procurador da República, Senhor Procurador da República Manuel Lima Afonso Ramo, colocado nos Juízos, Central Cível e de Execuções de Guimarães, com as funções inerentes ao Ministério Público no Juízo Local Criminal J1 de Guimarães.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota



Remunerações

7. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, esclarecer que os Senhores Procuradores da República oriundos do XXXII curso de formação do CEJ têm direito ao pagamento do diferencial do índice 100 pago e do índice 135 devido, do mapa Anexo à Lei n.º 47/86 de 15.10 relativo ao período compreendido entre 04/01/2019 e 15/09/2019.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

8. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de reconhecimento do direito a auferir pelo índice 220 apresentado pela procuradora da República Sónia Marisa Dias Valente Cristóvão pelo exercício de funções no Juízo (J2) de Instrução Criminal de Sintra – comarca de Lisboa Oeste.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Incompatibilidades

9. A secção permanente deste CSMP deliberou, por maioria, autorizar o Senhor Procurador da República Dr. Filipe Agostinho de Oliveira da Costa, a coletar-se junto da administração tributária na atividade de prestação de serviços de alojamento local.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Votou contra o Dr. José Manuel Mesquita

10. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a Sr.ª Procuradora-Geral Adjunta, Dr.ª Maria Joana Raposo Marques Vidal, a integrar a lista de membros externos do Conselho Geral da Universidade do Minho

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

11. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar o Sr. Procurador-Geral Adjunto jubilado, Dr. Sérgio Augusto Fernandes Barreira a prestar apoio jurídico à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oeiras, ao CAFAP do CPEstoril e ao CAFAP das Aldeias SOS, nomeadamente no âmbito das competências do Juízo de Família e Menores de Cascais – competência relativa a menores e filhos maiores (Processos Tutelares cíveis), competência em matéria tutelar educativa e de promoção e proteção (Processos Tutelares Educativos e de Promoção e Proteção).

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso



Exercício de Funções Docentes

12. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento da participação, como oradora, da Senhora Procuradora da República Dr.ª Rosa Maria de Melo Matias no módulo de curso de pós-graduação em direito das Crianças e Jovens (Promoção e Proteção) organizada pelo Centro de Direito da Família da Faculdade de Direito de Coimbra, que decorreu no dia 24 de abril de 2021.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

13. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar o Senhor Procurador da República Dr. Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo a exercer funções de docente na formação de funcionários da administração pública, no âmbito do Plano Anual de Formação conjunta sobre a temática da violência contra as mulheres e violência doméstica.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

Autorização para a Frequência de Cursos

14. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar a Senhora Procuradora da República Dr.ª Natacha Cristina de Menezes Borges de Pinho, a frequentar o curso de Mestrado em Ciências Criminais, da Escola de Direito da Universidade do Minho, a ter início no próximo ano letivo de 2021/2022.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Aposentações/Jubilações

15. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, os requisitos para a jubilação relativos à procuradora-geral-adjunta Dr.ª Joaquina Lúcia Arranja Machado, colocada na Procuradoria-Geral Regional de Évora.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

16. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, os requisitos para a jubilação relativos ao Procurador-geral-adjunto Dr. João Manuel Valente Nunes da Silva, colocado na Procuradoria do Tribunal Central Administrativo Sul.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

17. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, os requisitos para a jubilação relativos ao Procurador-geral-adjunto Dr. Mário Lages Amaral, colocado na Procuradoria-Geral Regional de Évora.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

18. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, os requisitos para a jubilação relativos ao Procurador-geral-adjunto Dr. António Antunes da Graça Lopes, colocado na Procuradoria do Tribunal Central Administrativo Sul.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota



Conselho Superior do Ministério Público

19. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, por referência a 18 de junho de 2021, os requisitos para a jubilação relativos ao procurador-geral-adjunto Dr. Fernando Martins Amaral, Inspetor do Ministério Público.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

20. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, por referência a 8 de julho de 2021, os requisitos para a jubilação relativos à procuradora-geral-adjunta Dr.ª Natália Fernanda Pereira de Lima e Silva, colocada no Supremo Tribunal de Justiça.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

21. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, por referência a 17 junho de 2021, os requisitos para a jubilação relativos ao procurador da República Dr. Mário Luís Garraz Godinho, colocado na Procuradoria do juízo do trabalho de Setúbal, comarca de Setúbal.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

22. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, por referência a 13 de agosto de 2021, os requisitos para a jubilação relativos ao Procurador da República Dr. João José Couto Pinto Bronze, colocado na Procuradoria do juízo central criminal e DIAP de Braga, comarca de Braga.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

23. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, considerar como verificados, por referência a 21 de maio de 2021, os requisitos para a jubilação relativos ao procurador da República Dr. António Rui Cardoso Amorim, colocado na Procuradoria do juízo central cível do Porto, comarca do Porto.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

24. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, e relativamente ao pedido de aposentação por incapacidade relativo ao procurador da República determinar a realização da averiguação a que alude a deliberação deste Conselho de 21 de fevereiro de 2017 com vista a determinar a verificação concreta da sua situação.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

Prestação de Serviço por Magistrados Jubilados

25. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, autorizar, ao abrigo do disposto no artigo 191.º a contrario e 193.º do EMP, a cessação, a partir do dia 15 de maio de 2021, da continuação ao serviço, no Tribunal Constitucional da Senhora Procuradora-Geral-Adjunta Dr.ª Maria Joana Raposo Marques Vidal.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

26. A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, em autorizar a continuação ao serviço, no Juízo do Trabalho de Lisboa, da Comarca de Lisboa do senhor Procurador da República Dr. GUILHERME JOSÉ MONTEIRO, conforme solicitado.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota



Conselho Superior do Ministério Público

Recursos Hierárquicos (COJ)

- 27.** A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso interposto da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça e atribuir ao Sr. Técnico de Justiça Adjunto, pelo serviço prestado, a notação de “Bom com Distingão”.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Gestão de Quadros/Instrumentos de Mobilidade

- 1.** A secção permanente do CSMP deliberou, por unanimidade, apreciar como ponto extra à tabela e autorizar a acumulação de funções relativa à Senhora Procuradora da República, Dr.ª Sara Cristina Ermida Cravo, colocada na secção de Satão do DIAP de Viseu/Juízo de Competência Genérica de Satão/, Sátão, com o Secção de Nelas do DIAP de Viseu/Juízo de Competência Genérica de Nelas.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota